



FUNDO
PARA A SEGURANÇA
INTERNA



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO

Quadro Financeiro Plurianual
2014-2020 para a Área dos
Assuntos Internos

Quadro Financeiro
Plurianual 2014-2020
para a Área dos
Assuntos Internos



 SGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



 SGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2014 – 2020 PARA A ÁREA DOS ASSUNTOS INTERNOS

CANDIDATURAS APROVADAS

- MARÇO DE 2017 -

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2014 – 2020 PARA A ÁREA DOS ASSUNTOS INTERNOS

CANDIDATURAS APROVADAS

A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, na qualidade de Autoridade Responsável pelo Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 para a Área dos Assuntos Internos, e sempre que adequado, em parceria com as Autoridades Delegadas para o Fundo para a Segurança Interna (Secretaria-Geral do Ministério da Justiça) e para o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (Alto Comissariado para as Migrações), asseguraram, até meados de março de 2017, a aprovação de candidaturas, apresentadas aos dois fundos em apreço, em valor superior a 46,4 milhões de euros.

Com a aprovação das referidas candidaturas foi assegurada a aprovação de candidaturas, em valor de Fundo, de um montante superior a 46,4% da dotação disponível, para Portugal, através dos Fundos para a Segurança Interna (FSI) e para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). Foram, neste contexto, e até ao momento, abertos avisos num valor superior a 67 milhões de euros, o que representa, proporcionalmente, a colocação a concurso de cerca de 67% da totalidade da dotação disponível para Portugal, entre o período compreendido entre 2014 e 2020.

Recorde-se que este montante tem como objetivo financiar iniciativas e ações destinados a áreas tão diversificadas como a formação e a capacitação das Autoridades de Aplicação da Lei, a prevenção e o combate à criminalidade, a troca de informações entre as autoridades competentes, a gestão e o controlo das fronteiras, a melhoria das condições de aplicação da legislação e normas comuns europeias em matéria de Acervo Schengen, a integração de nacionais de países terceiros, a receção e o acolhimento de refugiados recolocados e reinstalados, entre outros domínios prioritários.

A abertura destes avisos tem sido feita em conformidade com o calendário de avisos que foi aprovado pela Comissão Interministerial de Coordenação para os Fundos da Área dos Assuntos Internos, podendo ser encontrada informação adicional, em relação aos avisos em apreço, na plataforma <https://www.sigfc.sg.mai.gov.pt> ou através do *site* desta Secretaria-Geral.

QFP 2014-2020

A Comissão Europeia com base numa análise global sobre os diversos instrumentos financeiros em matéria de assuntos internos, verificou a necessidade de criar um quadro de financiamento eficiente, flexível e transparente para permitir uma resposta mais rápida e eficaz aos desafios em todas as áreas dos Assuntos Internos da União, tendo em conta objetivo de construir uma Europa mais aberta e mais segura, e criou dois Fundos no domínio dos Assuntos Internos:

○ Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI);

○ Fundo para Segurança Interna (FSI):

- Instrumento Financeiro Cooperação Policial;
- Instrumento Financeiro Fronteiras e Vistos.

FAMI

Instrumento financeiro que vem promover a gestão eficaz dos fluxos migratórios, e a implementação, fortalecimento e o desenvolvimento de uma abordagem comum da União ao asilo, à imigração e à integração para o período 2014-2020.

A estratégia global de implementação do FAMI passa pela gestão partilhada, e assenta em grande medida na execução dos Programais Nacionais, expressando assim a solidariedade através de auxílio financeiro aos Estados membros, prevendo ainda ações da União.

O FAMI com uma dotação de 61.410.377,00 € propõe-se a dar uma resposta a quatro objetivos específicos:

Asilo: reforçar e desenvolver o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), garantindo que a legislação da UE neste domínio, seja eficientemente e uniformemente aplicada, incluindo a sua dimensão externa – dotação: 6.555.287,00 €;

Integração e Migração Legal: apoiar a migração legal para os Estados-Membros da EU, em

APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS NO ÂMBITO DOS “CASOS ESPECIAIS” DO FUNDO PARA O ASILO, A MIGRAÇÃO E A INTEGRAÇÃO (FAMI)

No âmbito dos Convites-Avisos n.º 2/FAMI/2016 publicados em 24-02-2016, pela Autoridade Responsável, Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, dirigidos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), nos termos do artigo 9.º e seguintes da Portaria n.º 407/2015, de 24 de novembro e no âmbito dos “Casos Especiais” do Programa Nacional do FAMI para a apresentação de candidaturas destinadas à: Recolocação/transferência de requerentes nacionais de um país terceiro ou apátridas que tenham apresentado pedido de proteção internacional na aceção do artigo 2.º alínea h) da Diretiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do conselho e à Instalação em território nacional, com autorização de residência nos termos legais, de nacionais de um país terceiro na sequência de um pedido do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Identificam-se, de seguida, as candidaturas aprovadas:

PT/2016/FAMI/001 - Reinstalação

Para a candidatura destinada à Instalação foi aprovado um investimento total elegível de 2.810.000,00 € com uma taxa de cofinanciamento de 100 %.



PT/2016/FAMI/002

Transferência e Recolocação

Para a candidatura destinada à Recolocação/transferência foi aprovado um investimento total elegível no valor de 17.886.000,00 € com uma taxa de cofinanciamento de 100 %.

No âmbito do Convite-Aviso n.º 24/FAMI/2017, publicado em 14-02-2017, pela Autoridade Responsável, Secretaria Geral do MAI, dirigido ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF, nos termos do artigo 9.º e seguintes da Portaria n.º 407/2015, de 24 de novembro e no âmbito dos “Casos Especiais” do Programa Nacional do FAMI para a apresentação de candidatura destinada à Recolocação de requerentes de proteção internacional que tenham apresentado o seu pedido de proteção internacional em Itália ou na Grécia, conforme previsto no capítulo III do Regulamento (UE) nº 604/2013.

consonância com as necessidades do mercado de trabalho e promover a integração efectiva dos cidadãos não comunitários – dotação: 18.921.175,00 €;

Regresso: reforço de estratégias de regresso justas e eficazes, que contribuam para o combate à migração irregular, com ênfase na sustentabilidade e eficácia do processo de regresso – dotação: 3.867.225,00 €;

Solidariedade: Estados-membros da UE mais afetadas pelos fluxos de migração e asilo, podem contar com a solidariedade de restantes Estados-membros da EU – dotação: 630.000,00 €.

Casos Especiais: No contexto da atual crise de refugiados na Europa, o FAMI tem um papel extremamente relevante para apoiar com medidas concretas de solidariedade para com os Estados-Membros mais diretamente afetados pelos fluxos migratórios, adotando um mecanismo de Recolocação, transferência de beneficiários de proteção internacional de um estado da UE com alta pressão migratória para outro, e um Programa Europeu de Reinstalação para requerentes de proteção internacional fora da União.

Atualmente, no domínio do mecanismo de Recolocação, encontram-se em vigor medidas provisórias a favor da Itália e da Grécia.

A dotação é de 28.634.000,00 €.

PT/2017/FAMI/136 - Transferência e Recolocação

Para a candidatura destinada à Transferência/recolocação foi aprovado um investimento total elegível no valor de 7.938.000,00 €, com uma taxa de cofinanciamento de 100 %.

FAMI – APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS NO DOMÍNIO DO ACOLHIMENTO DE REQUERENTES DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL (ASILO)

No âmbito do Aviso de Abertura n.º 3/FAMI/2016, publicado em 16-06-2016, com a dotação de Fundo de 1.000.000 €, foram submetidas 7 candidaturas, sendo que 4 foram aprovadas, e 3 foram consideradas não admitidas, por falta de enquadramento nas ações respeitantes ao OE1.ON1 – Acolhimento/Asilo do FAMI. Assim, do montante total submetido de 1.011.197,44 €, foi aprovado o total de 534.771,60 €. Identificam-se, de seguida, as candidaturas aprovadas:

PT/2016/FAMI/003 - CVP ACOLHE

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/003 - CVP ACOLHE, da Cruz Vermelha Portuguesa, cuja realização prevista é de 01-10-2016 a 01-10-2018. Esta candidatura tem como objetivo conseguir a eficaz capacidade de resposta ao acolhimento e integração através da receção/recolocação/acolhimento e integração de requerentes de proteção internacional.

Foi aprovado um investimento total elegível de 103.582,76 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 77.687,07 €.

PT/2016/FAMI/005 - Acolher e Integrar para uma nova vida

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/005 - Acolher e Integrar para uma nova vida, da Santa Casa da Misericórdia de Faro, cuja realização prevista é de 04-04-2016 a 30-06-2017. Este projeto visa o acolhimento e a integração de requerentes de proteção internacional.

Foi aprovado o investimento total elegível de 63.682,68 €, a que corresponde uma comparticipação comunitária de 47.762,01 €.

PT/2016/FAMI/007 - ÉTICA, ACOLHIMENTO E MULTICULTURALIDADE

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/007 - ÉTICA, ACOLHIMENTO E MULTICULTURALIDADE, do Conselho Português para os Refugiados (CPR), cuja realização prevista é de 01-05-2016 a 31-12-2016. Esta candidatura visa a prestação de serviços de alojamento; a prestação de serviços de assistência; ministrar formação; e a execução de outras atividades como a

divulgação de informação, informação e sensibilização, visitas ao CAR e a escolas e, atividades desportivas, direcionadas aos requerentes de proteção internacional, incluindo menores desacompanhados e refugiados, bem como à sociedade em geral.

O investimento total elegível aprovado foi de 274.265,25 €, ao que corresponde uma contrapartida comunitária de 205.698,94 €.

PT/2016/FAMI/008 - Capacitar e Dar a Conhecer Asilo

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/008 - Capacitar e Dar a Conhecer Asilo, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), cuja realização prevista é de 01-01-2015 a 30-06-2017. Este projeto é caracterizado pela criação de um novo Título de Viagem para Refugiados e Passaporte Português para Estrangeiros. É também direcionado à divulgação de informação aos refugiados e à formação de técnicos.



Foi aprovado um investimento total elegível de 271.498,10 €, ao que corresponde uma contrapartida comunitária de 203.623,58 €.

FAMI FINANCIA PROJETOS PARA A CAPACITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DE NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS EM TERRITÓRIO NACIONAL

A Autoridade Delegada, Alto Comissariado para as Migrações, aprovou 19 candidaturas no âmbito do Aviso 11/FAMI/2016, publicado em 04-07-2016 com uma dotação de 300.000 €, referentes ao OE2.ON2 – Integração. Foram submetidas 25 candidaturas, tendo sido aprovadas 19 com um montante de Fundo de 176.195,66 €. As candidaturas aprovadas são as seguintes:

PT/2016/FAMI/014 – Português Integra

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/014 – Português Integra – Associação Renovar a Mouraria, cuja realização prevista é de 01-08-2016 a 30-06-2017. Com o projeto “Português Integra” a entidade pretende contribuir para a integração de nacionais de países terceiros residentes na freguesia de Santa Maria Maior, através da realização de 4 cursos de Português e de 1 curso de Alfabetização. Com a dinamização destas atividades pretende dar resposta à problemática do analfabetismo, bem como aumentar as competências linguísticas dos beneficiários, traduzindo-se numa integração mais eficiente e na promoção de uma cidadania ativa. A par do processo de alfabetização e do ensino da língua, serão dinamizadas atividades com o objetivo de promoverem um diálogo aberto, com recurso a temáticas fundamentais para o desenvolvimento de uma maior consciência social e humana.

Foi aprovado um investimento total elegível de 11.421,51 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 8.566,13 €.

PT/2016/FAMI/015 - Programa de Alfabetização e Literacia para NPT de Cascais

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/015 - Programa de Alfabetização e Literacia para NPT de Cascais, do Município de Cascais, cuja realização prevista é de 01-10-2016 a 23-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo alargar o programa de literacia / alfabetização para NPT atualmente

em funcionamento em Cascais, através da criação até Junho de 2017 de pelo menos 6 novas ações não-formais de aprendizagem de língua PT, melhorando simultaneamente a capacidade de resposta concelhia através de uma maior abrangência territorial.

Foi aprovado um investimento total elegível de 13.000,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 9.750,00 €.

PT/2016/FAMI/017 - Ações de Iniciação ao Português para Refugiados



Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/017 - Ações de Iniciação ao Português para Refugiados, da Santa Casa da Misericórdia de Odemira, cuja realização prevista é de 01-12-2016 a 01-03-2017. Esta candidatura tem como objetivo conseguir o acesso ao ensino da Língua Portuguesa, dotando os jovens acolhidos das competências necessárias para a integração na sociedade e no mercado de trabalho.

Foi aprovado um investimento total elegível 674,27 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 505,70 €.

PT/2016/FAMI/018 - Ler & Escrever em Português

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/018 - Ler & Escrever em Português, do Município do Seixal, cuja realização prevista é de 17-10-2016 a 23-06-2016. Esta candidatura tem como objetivo conseguir melhorar os níveis de conhecimento da Língua Portuguesa e as competências funcionais dos imigrantes no Seixal.

Foi aprovado um investimento total elegível de 2.000,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.500,00 €.

PT/2016/FAMI/019 - Comunicar para Integrar

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/019 - Comunicar para Integrar, dos Leigos para o Desenvolvimento, cuja realização prevista é de 01-07-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo contribuir para a integração social e profissional de 150 formandos nacionais de países terceiros residentes na zona metropolitana de Lisboa através de ações centradas na formação linguística e ações facilitadoras de acesso ao mercado de trabalho.

Foi aprovado um investimento total elegível de 8.000,000 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 6.000,00 €.

PT/2016/FAMI/020 - Às D'@prender Português

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/020 - Às D'@prender Português, da Caritas Diocesana da Guarda, cuja realização prevista é de 01-07-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo colmatar as dificuldades linguísticas (orais e escritas) como também dotá-los de conhecimentos com vista à sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade em geral, promovendo progressivamente a sua autonomia.

Foi aprovado um investimento total elegível de 3.500,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 2.625,00 €.

PT/2016/FAMI/021 - Ações de Iniciação ao Português e Alfabetização

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/021 - Ações de Iniciação ao Português e Alfabetização, do Município de Albufeira, cuja realização prevista é de 25-09-2016 a 31-12-2016. Esta candidatura tem como objetivo a implementação de medidas centradas na educação e formação, incluindo formação linguística e ações preparatórias que facilitem o acesso ao mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento de ações destinadas a promover a auto capacitação e a autonomia dos nacionais de países terceiros, inclusive no plano económico.

Foi aprovado um investimento total elegível de 3.210,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 2.407,50 €.

PT/2016/FAMI/022 - Projeto "Passo Palavra" - Formação de Alfabetização e Língua Portuguesa

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/022 - Projeto "Passo Palavra" - Formação de Alfabetização e Língua Portuguesa, da JRS Portugal - Serviço Jesuíta aos Refugiados - Associação Humanitária, cuja realização prevista é de 01-10-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo promover ações de Língua Portuguesa com vista à certificação de nacionais de países terceiros.

Foi aprovado um investimento total elegível de 14.250,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 10.687,50 €.

PT/2016/FAMI/023 - Forma e Integra

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/023 - Forma e Integra, do Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa de Caparica, cuja realização prevista é de 01-09-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo promover diferentes ações de educação não formal ao nível da Língua Portuguesa tendo em vista uma integração mais eficaz na sociedade, permitindo aos indivíduos NPT um maior conhecimento da língua e cultura de acolhimento, de modo a facilitar a integração no quotidiano da própria comunidade, nomeadamente, em outras formações e/ou em mercado de trabalho.

Foi aprovado um investimento total elegível de 7.654,73 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 5.741,05 €.

PT/2016/FAMI/025 - Ações de Língua Portuguesa

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/025 - Ações de Língua Portuguesa, do Município de Braga, cuja realização prevista é de 01-01-2017 a 01-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo promover a coesão social, a igualdade de oportunidades e favorecer a integração de nacionais de estados terceiros na sociedade de acolhimento e o diálogo intercultural. Estimular a participação ativa de nacionais de estados terceiros no seu processo de integração. Disseminar informação/conhecimento em áreas diversas, através da sua participação em ações de informação ou sensibilização. Promover a diversidade tendo em vista a desconstrução de representações estereotipadas, através de iniciativas de pendor cultural, que fomentem a interculturalidade, por forma a caminhar no sentido de uma melhor integração social. Promover o planeamento integrado da intervenção com a população imigrante.

Foi aprovado um investimento total elegível de 2.500,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.875,00 €.

PT/2016/FAMI/026 – Acolher em Português

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/026 – Acolher em Português, da ALC – Associação Lusófona Para o Desenvolvimento do Conhecimento, cuja realização prevista é de 01-12-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo proporcionar à população imigrante competências no âmbito da Língua Portuguesa – compreensão oral e escrita – como elemento facilitador da comunicação no país – Portugal – de modo a favorecer o processo de integração dos mesmos, quer a nível social, quer a nível profissional. Com a presente candidatura a entidade pretende abranger os concelhos (Montijo, Seixal, Setúbal, Lisboa, Loures, Cascais e Amadora) dos distritos de Setúbal e Lisboa.

Foi aprovado um investimento total elegível de 30.088,40 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 22.566,30 €.

PT/2016/FAMI/028 - Mais Integração - Português para NPT

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/028 - Mais Integração - Português para NPT, da Socialis, Associação de Solidariedade Social cuja realização prevista é de 01-12-2016 a 01-03-2017. Esta candidatura tem como objetivo conseguir dotar os participantes de conhecimentos da língua portuguesa para promover a sua inclusão social, melhorar o acesso e a integração no mercado de trabalho, aumentar a empregabilidade, aumentar as suas competências comunicacionais, facilitar o exercício da cidadania e gerar uma maior igualdade de oportunidades para todos.

Foi aprovado um investimento total elegível de 8.500,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 6.375,00 €.

PT/2016/FAMI/029 - Português Integra Mais

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/029 - Português Integra Mais, do Conselho Português para os Refugiados (CPR), cuja realização prevista é de 01-07-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo contribuir para a aprendizagem do alfabeto latino e da sua utilização como código de comunicação e da aprendizagem da língua e cultura portuguesas, incluindo a diversidade e facilitando o acesso daquele grupo-alvo ao mercado de trabalho.

Foi aprovado um investimento total elegível de 40.930,58 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 30.697,94 €.

PT/2016/FAMI/030 – Educação, Inclusão e Integração

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/030 – Educação, Inclusão e Integração - Associação Multicultural e Islâmica, cuja realização prevista é de 01-10-2016 a 31-05-2017. Esta candidatura tem como objetivo promover a integração social e profissional dos cidadãos, eliminando barreiras linguísticas, através do ensino da Língua Portuguesa e da realização de cursos de alfabetização, que pretendem dotar os imigrantes de competências de leitura e escrita por forma a promoverem a sua autonomia e plena integração social, permitindo que beneficiem de outras ofertas formativas, uma vez que dominem e compreendam a leitura e a escrita do português; fomentar a cidadania e a interculturalidade, através de ações que fomentem a cidadania e plena integração dos imigrantes, em especial os que vivem na nossa comunidade; promover a coesão social através da melhoria da comunicação, sentimento de pertença à comunidade e melhoria de resultados, promovendo a aquisição de competências pessoais e sociais.

Foi aprovado um investimento total elegível de 3.723,60 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 2.792,70 €.

PT/2016/FAMI/031 – SPEAK - Português+ para migrantes

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/031 – SPEAK - Português+ para migrantes - Associação Fazer Avançar, cuja realização prevista é de 01-08-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo estender e complementar as atividades habituais da organização promotora (Associação Fazer Avançar) no contexto do projeto SPEAK, respondendo ao problema da integração adicionando duas respostas focadas no ensino da língua: “Ações de língua Portuguesa com vista à certificação no final” e “Ações de iniciação ao Português”. Com o projeto “SPEAK - Português+ para migrantes” A entidade pretende realizar diversas ações nos concelhos de Leiria, Lisboa, Porto e Coimbra.

Foi aprovado um investimento total elegível de 57.814,18 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 43.360,64 €.

PT/2016/FAMI/032 – Centro de Dinamização da Interculturalidade e Apoio Comunitário

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/032 – Centro de Dinamização da Interculturalidade e Apoio Comunitário, da Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém, cuja realização prevista é de 05-01-2017 a 08-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo dar resposta às necessidades diagnosticadas por imigrantes, capacitando-os com ferramentas que lhes permitam desenvolver a sua comunicação, interpretação e integração. Através de metodologias adequadas, com estímulos e flexibilidade, os Imigrantes terão acesso a uma aprendizagem centrada, colaborativa escrita /oral do português, desenvolvendo a capacidade de expressar e interpretar factos /opiniões, permitindo interagir linguisticamente de forma correta em todos os contextos de vida social com uma compreensão intercultural.

Foi aprovado um investimento total elegível de 2.732,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 2.049,00 €.

PT/2016/FAMI/033 - Aprendendo a Língua Portuguesa

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/033 - Aprendendo a Língua Portuguesa, da Fundação COI, cuja realização prevista é de 01-09-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo promover ações de Língua Portuguesa com vista à certificação de nacionais de países terceiros.

Foi aprovado um investimento total elegível de 4.299,53 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 3.224,65 €.

PT/2016/FAMI/034 - Eu falo português

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/034 - Eu falo português, da Fundação Aga Khan, cuja realização prevista é de 01-09-2016 a 30-06-2017. Esta candidatura tem como objetivo contribuir para adaptar e implementar uma abordagem de aprendizagem de Português em contexto, desenvolvendo e sistematizando uma abordagem de ensino da Língua Portuguesa enquanto língua adicional, em contexto comunitário de educação não formal que incida na comunicação funcional e significativa.

Foi aprovado um investimento total elegível de 1.770,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.327,50 €.

PT/2016/FAMI/035 – Formar para Integrar

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/035 – Formar para Integrar - Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, cuja realização prevista é de 15-11-2016 a 03-11-2017. Esta candidatura tem como objetivo desenvolver ações de educação não formal para Nacionais de

Países Terceiros (NPT) que visam apoiar a sua integração, em articulação com as diversas estruturas locais. A entidade pretende desenvolver ações de iniciação ao português e ações de alfabetização dirigidas a Nacionais de Países Terceiros dos Municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor.

Foi aprovado um investimento total elegível de 18.858,75 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 14.144,06 €.

FAMI FINANCIA PROJETOS PARA A INTEGRAÇÃO DE NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS EM TERRITÓRIO NACIONAL

A Autoridade Delegada, Alto Comissariado para as Migrações, aprovou 16 candidaturas no âmbito do Aviso 15/FAMI/2016, publicado em 08-07-2016, com uma dotação de 500.000 €, para o objetivo OE2.ON2 – Integração. Foram submetidas 18 candidaturas, tendo sido aprovadas 16, com um montante de Fundo de 335.335,00 €. As candidaturas aprovadas são as seguintes:

PT/2016/FAMI/060 - (Re)Afirm@r.com

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/060 - (Re)Afirm@r.com, da Caritas Diocesana da Guarda, cuja realização prevista é de 01-07-2015 a 31-12-2017. Esta candidatura tem como objetivo promover a integração laboral, social e cultural dos NPT através de ações que os envolvam e que impliquem a sociedade de acolhimento.

Foi aprovado um investimento total elegível de 33.299,80 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 24.974,85 €.

PT/2016/FAMI/053 - CLAIM AVEIRO VC



Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/053 - CLAIM AVEIRO VC, do Centro Social Paroquial da Vera Cruz, cuja realização prevista é de 01-07-2015 a 31-12-2017. Esta candidatura tem como objetivos: disponibilizar informação sobre os direitos e deveres dos NPT, esclarecer dúvidas e questões relacionadas com o acesso a bens e serviços, para o exercício dos seus direitos e deveres, garantir a resolução adequada do(s) problema(s) diagnosticado(s), aumentar os conhecimentos sobre os direitos e deveres e desenvolver ações/atividades que colmatem a carência de

bens essenciais em NPT identificados com elevada fragilidade socioeconómica.

Foi aprovado um investimento total elegível de 33.285,71 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 24.964,28 €.

PT/2016/FAMI/045 - INTEGRA +

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/045 - INTEGRA +, da Associação dos Imigrantes nos Açores, cuja realização prevista é de 01-01-2016 a 31-12-2017. Esta candidatura pretende continuar a disponibilizar serviços de apoio gratuitos e personalizados a NPT residentes nos Açores, contribuindo desta forma para a sua plena integração e dotar os NPT de informações credíveis e de

qualidade para a resolução dos seus problemas, nomeadamente, junto do SEF, Serviços de Saúde, Segurança Social, Conservatória dos Registos Civis, e outros.

Foi aprovado um investimento total elegível de 33.265,43 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 24.949,07 €.

PT/2016/FAMI/063 - Gabinete de Apoio à Integração de Imigrantes – Coimbra

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/063 - Gabinete de Apoio à Integração de Imigrantes – Coimbra, do Centro de Acolhimento João Paulo II - Cbr, cuja realização prevista é de 25-11-2016 a 31-12-2017. Esta candidatura tem como objetivos: promover a integração e o acolhimento de NPT, informando e orientando a nível socioprofissional, escolar, regularização, saúde, segurança social, reconhecimento de qualificações, formação profissional, nacionalidade, aprendizagem de português, e retorno voluntário; sensibilizar e consciencializar para a importância da diversidade cultural e da interculturalidade; e estabelecer parcerias formais e informais com entidades locais.

Foi aprovado um investimento total elegível de 30.714,65 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 23.035,99 €.

PT/2016/FAMI/038 - Integrar+

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/038 - Integrar+, da Fundação Santa Rafaela Maria, cuja realização prevista é de 01-12-2016 a 31-12-2017. Esta candidatura tem como objetivo contribuir para a redução do número de Nacionais de Países Terceiros em situação ilegal, no bairro da Quinta da Fonte da Prata e território circundante, e para a sua integração social, cultural e laboral.

Foi aprovado um investimento total elegível de 31.460,02 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 23.595,02 €.

PT/2016/FAMI/048 - CLAIM-Laranjeiro

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/048 - CLAIM-Laranjeiro, da AD SUMUS-Associação de Imigrantes de Almada, cuja realização prevista é de 01-09-2016 a 18-02-2019. Esta candidatura tem como objetivo prestar um serviço de mediação de cariz (in) formativo no acesso a bens e serviços fundamentais, no âmbito do processo de acolhimento e integração na comunidade portuguesa, de Nacionais de Países Terceiros (NPT).

Foi aprovado um investimento total elegível de 30.564,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 22.923,00 €.

PT/2016/FAMI/056 - Integração Segura 2

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/056 - Integração Segura 2, do Centro Comunitário São Cirilo, cuja realização prevista é de 01-07-2015 a 31-12-2017. Esta candidatura tem como objetivo o acolhimento e integração profissional e social de cidadãos NPT da área do grande Porto (cidade e concelhos limítrofes), a partir do funcionamento de um Gabinete Especializado de Emprego, inserido numa estrutura multidisciplinar de intervenção social com outros gabinetes de apoio, formações e atividades, numa ampla rede de parcerias com entidades encaminhadoras, formadoras e empregadoras.

Foi aprovado um investimento total elegível de 24.981,52 € sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 18.736,14 €.

PT/2016/FAMI/051 - O Meu País no Teu

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/051 - O Meu País no Teu, do Espaço t - Associação Para o Apoio à Integração Social e Comunitária, cuja realização prevista é de 01-09-2016 a 31-12-2017. Esta candidatura pretende promover diferentes culturas e usar a arte como processo de integração, dinamizar ações de sensibilização que visem a valorização da diversidade cultural e implementação de ações de formação não formal e desenvolvimento de "soft skills".

Foi aprovado um investimento total elegível de 33.153,28 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 24.864,96 €.

PT/2016/FAMI/058 - Sustentar Raízes V

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/058 - Sustentar Raízes V, da Socialis, Associação de Solidariedade Social, cuja realização prevista é de 01-07-2015 a 31-12-2017. Esta candidatura pretende promover o acolhimento e a integração de proximidade, através de gabinetes de acolhimento, informação, apoio descentralizado e apoio especializado, com o propósito de dar resposta às necessidades dos NPT e desenvolver ações que promovam a participação ativa dos cidadãos imigrantes e autóctones, bem como, das instituições públicas e privadas em atividades que promovam a interculturalidade, a integração, a compreensão e o respeito pela diversidade cultural.

Foi aprovado um investimento total elegível de 32.358,12 € sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 24.268,59 €.

PT/2016/FAMI/062 – Moliceiro de Integração

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/062 – Moliceiro de Integração, da Associação os Parceiros da Amizade, cuja realização prevista é de 01-01-2017 a 31-12-2017. O projeto pretende promover o acolhimento e a integração dos imigrantes nacionais de países terceiros (NPT), desenvolver ações de sensibilização e promoção da literacia e a alfabetização dos NPT, com o intuito de promover a qualificação profissional e facilitar o acesso bens e serviços fundamentais para o exercício dos direitos e deveres na sociedade portuguesa.

Foi aprovado um investimento total elegível de 18.590,59 € sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 13.942,94 €.

PT/2016/FAMI/065 - Gabinete de Apoio para a Integração de Imigrantes Empreendedores - GAIE

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/065 - Gabinete de Apoio para a Integração de Imigrantes Empreendedores – GAIE da Associação Edinstvo - Associação de Imigrantes dos Países de Leste, cuja realização prevista é de 02-01-2017 a 31-12-2017. Esta candidatura tem como objetivo capacitar o imigrante para a área empresarial, nomeadamente através de informações sobre o funcionamento e competências das instituições públicas portuguesas, legislação, iniciativas e programas, bem como promover um relacionamento e contactos interculturais através de encontros formais e informais.

O investimento total elegível de 22.863,22 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 17.147,42 €.

PT/2016/FAMI/050 - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes Costa - Caparica (CLAIM)

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/050 - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes Costa - Caparica (CLAIM), do Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa de Caparica, cuja realização prevista é de 03-10-2016 a 31-12-2018. O projeto tem como objetivo ir além da prestação de informação, visando o apoio em todo o processo de acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local, nas seguintes áreas: regularização nacional, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde e educação.

Foi aprovado um investimento total elegível de 12.378,94 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 9.284,21 €.

PT/2016/FAMI/061 - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes Sines

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/061 - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, da Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém, cuja realização prevista é de 04-01-2016 a 31-12-2017. Esta candidatura tem como objetivo dar respostas aos migrantes nas diferentes áreas, nomeadamente na regularização da situação migratória, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, trabalho, segurança social, retorno voluntário, saúde, educação, formação profissional, empreendedorismo, apoio social e apoio ao associativismo, de forma a dispor num só espaço um leque de informações úteis e necessárias, que permitam o acolhimento e a integração dos imigrantes.

Foi aprovado um investimento total elegível de 32.683,62 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 24.512,72 €.

PT/2016/FAMI/064 - Periferias

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/064 – Periferias da Cáritas Diocesana de Portalegre - Castelo Branco, cuja realização prevista é de 01-09-2016 a 31-12-2017. A candidatura tem por objetivo através de um atendimento especializado, promover o acolhimento das comunidades imigrantes, apoio, valorização da interculturalidade e consequentemente a integração progressiva dos migrantes. O projeto foca a temática da imigração, nomeadamente no desenvolvimento de atividades de promoção da interculturalidade e na informação/formação aos migrantes.

Foi aprovado um investimento total elegível de 15.223,53 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 11,417,65 €.

PT/2016/FAMI/057 - UAVM - Unidade de Apoio à Vítima Migrante

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/057 - UAVM - Unidade de Apoio à Vítima Migrante, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, cuja realização prevista é de 01-12-2016 a 31-12-2017. São objetivos centrais do Projeto UAVM disponibilizar apoio especializado aos nacionais de países terceiros residentes no concelho de Vila Franca de Xira que tenham sido vítimas de crime, bem como promover a sensibilização de profissionais e de toda a comunidade do concelho de Vila Franca de Xira sobre as especiais vulnerabilidades e necessidades que estes migrantes enfrentam no seu processo de integração.

Foi aprovado um investimento total elegível de 28.990,92 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 21.743,19 €.

PT/2016/FAMI/059 – Passaporte Global II

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/059 - Passaporte Global II, da Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento, cuja realização prevista é de 15-07-2015 a 31-12-2017. Esta candidatura tem como objetivo principal assegurar resposta à integração e migração legal no concelho de Castelo Branco, mobilizando a participação de vários parceiros locais e regionais e da população em geral, através da implementação dos seguintes recursos e atividades: Gabinete Geral de Atendimento do CLAIM de Castelo Branco; Gabinete Social Especializado ao Imigrante; Dinâmicas Multiculturais; Olhar + a Diferença; Espaço Comunitário de Partilhas e Saúde+.

Foi aprovado um investimento total elegível de 33.299,99 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 24.974,99 €.

APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS DO SERVIÇO JESUÍTA DE APOIO AOS REFUGIADOS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA



Informa-se que, no âmbito do Aviso de Abertura n.º 21/FAMI/2016, com a dotação de Fundo de 1.700.000 €, publicado em 11-11-2016, pela Autoridade Responsável, Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, para o objetivo OE2.ON3 – Capacidade, foram submetidas 5 candidaturas. Duas foram aprovadas, 2 foram consideradas não admitidas por não reunirem todas as condições de admissibilidade no que concerne ao enquadramento de objetivos e ações previstas na legislação comunitária e 1 foi reprovada, por falta de mérito. Foi submetido o montante total de 179.132,19 €, de Fundo, tendo sido aprovado 78.138,00 €. Identificam-se, de seguida, as candidaturas aprovadas,

PT/2016/FAMI/122 - Rede Interinstitucional para Migrantes

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/122 - Rede Interinstitucional para Migrantes, do JRS Portugal - Serviço Jesuíta aos Refugiados - Associação Humanitária, cuja realização prevista é de 01-01-2017 a 31-12-2018. Este projeto visa criar uma rede de instituições da sociedade civil que trabalham com migrantes de forma a haver uma melhor articulação institucional, partilha de informação, disseminação de boas práticas, ações de *advocacy* e uma capacitação das instituições que trabalham com migrantes, não só dos membros da rede, mas também de outras instituições públicas ou privadas que serão alvo de ações de sensibilização.

Foi aprovado um investimento total elegível de 85.500,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de contrapartida comunitária de 64.125,00 €.

PT/2016/FAMI/127 - Cidadania e diversidade cultural nas práticas profissionais

Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/127 - Cidadania e diversidade cultural nas práticas profissionais, do Município de Sintra, cuja realização prevista é de 20-02-2017 a 30-06-2018. O Município de Sintra propõe-se, através de aquisição de serviços, ministrar 2 ações de formação aos funcionários da CMS do atendimento ao público que figuram como a primeira porta de acesso aos serviços e técnicos superiores que, no decurso das suas funções, lidam diretamente com cidadãos NPT.

Foi aprovado um investimento total elegível de 18.684,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de contrapartida comunitária de 14.013,00 €.

FAMI FINANCIA O RETORNO VOLUNTÁRIO DE NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS

Informa-se que, no âmbito do Aviso de Abertura n.º 7/FAMI/2016, publicado em 07-07-2016, com a dotação de Fundo de 1.300.000 €, para o objetivo OE3.ON2 – Medidas de regresso, foram submetidas 3 candidaturas, sendo que 2 foram aprovadas e 1 foi considerada não admitida, por falta de enquadramento nas ações. Sem prejuízo do exposto, uma das candidaturas, embora com mérito, não pode ser aprovada, por falta de dotação financeira no presente Aviso. Assim, do montante total submetido, de 2.265.632,96 €, foi aprovado o total de 1.074.511,59 €.

PT/2016/FAMI/070 - Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração -ARVoRe VI



Foi aprovada a candidatura PT/2016/FAMI/070 - Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração - ARVoRe VI, da Organização Internacional para as Migrações (O.I.M.) - Missão em Portugal, cuja realização prevista é de 01-09-2016 a 31-12-2018. Este projeto tem como objetivo específico promover um retorno digno, efetivo e sustentável, de imigrantes que se encontram em Portugal, aos seus países de origem.

Foi aprovado um investimento total elegível de 1.432.682,12 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.074.511,59 €.

APROVAÇÃO DE CANDIDATURA NO DOMÍNIO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No âmbito do Convite para a apresentação de candidatura n.º 17/FAMI/2016, publicado em 06-09-2016, relativo ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração – Assistência Técnica, com uma dotação financeira de 430.000,00 €, foi apresentada e aprovada uma candidatura da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

A candidatura aprovada tem uma realização prevista de 01-01-2016 a 31-12-2017 e tem como objetivo o desenvolvimento de todas as atividades associadas à gestão e acompanhamento do Programa Nacional do FAMI, pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, enquanto Autoridade Responsável, nomeadamente as atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização, avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 429.995,00 € com uma taxa de cofinanciamento de 100%.

FSI

Tem por objetivo geral contribuir para assegurar um elevado nível de segurança na União, sendo os objetivos específicos deste Fundo:

- Prevenir a criminalidade, lutar contra a criminalidade transnacional grave e organizada, incluindo o terrorismo, e reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e outras autoridades nacionais dos Estados-Membros, incluindo a Europol e outros organismos competentes da União, e com os países terceiros e as organizações internacionais relevantes;

- Reforçar a capacidade dos Estados-Membros e da União para gerir de forma eficaz os riscos relacionados com a segurança e as crises, e preparar e proteger as pessoas e as infraestruturas críticas contra ataques terroristas e outros incidentes relacionados com a segurança.

Para melhor responder aos desafios colocados, e tendo em conta as especificidades de diversos Estados Membros no que se refere à aplicação do Acordo de Schengen, no âmbito deste Fundo foram criados dois instrumentos de apoio financeiro:

- **FSI - Fronteiras e Vistos** - fronteiras externas e de vistos;

- **FSI - Cooperação Policial** - cooperação policial, à prevenção e luta contra a criminalidade e à gestão de crises.

FSI – REFORÇA EMPENHAMENTO DE PORTUGAL NA POLÍTICA COMUM DE VISTOS DA UNIÃO EUROPEIA

A Autoridade Responsável, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito do Aviso de abertura n.º 37/FSI/2016, publicado em 26-10-2016, relativo ao OE1.ON1 – Capacidade Nacional, com uma dotação de Fundo de 410.000,00 €, procedeu à aprovação de 2 candidaturas, uma apresentada pela Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (SGMNE) e outra apresentada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). As candidaturas aprovadas são as seguintes:

PT/2016/FSI/120 - “Renovação do equipamento operacional da infraestrutura da Rede de Pedido de Vistos do MNE”

Um dos projetos aprovados – PT/2016/FSI/120 – “Renovação do equipamento operacional da infraestrutura da Rede de Pedido de Vistos do MNE”, com realização prevista de 01-01-2017 a 31-12-2017, visa assegurar a operacionalidade do referido sistema RPV, configurando, desta forma, a atualização da infraestrutura do sistema informático, tanto a nível central como a nível consular. A SG MNE pretende com esta atualização das infraestruturas um melhoramento da qualidade dos serviços prestados aos requerentes de vistos.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 152.212,50 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 114.159,38 €.

PT/2016/FSI/123 - CEIV - Controlo e Emissão Integrada de Vistos”

O outro projeto aprovado – PT/2016/FSI/123 – “CEIV - Controlo e Emissão Integrada de Vistos”, com realização prevista de 01-01-2017 a 31-12-2018, visa o desenvolvimento de módulos aplicativos do



SNV, PASSE e VIS e, bem assim, a aquisição de material TIC para recolha de impressões digitais e leitura de documentos. O SEF pretende com esta evolução uma melhoria qualitativa em termos de controlo de fronteiras.

Em termos globais, foi aprovado um investimento total elegível no valor de 394.176,73 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 295.632,55 €.

FSI

FSI - Fronteiras e Vistos – dotação global de 19.956.048,00 €.

Apoio a uma política comum de vistos:

A estratégia nacional assenta no desenvolvimento aplicacional, no reequipamento progressivo dos postos emissores e na garantia da capacidade para as adequadas perícias tecnológicas, em respeito com normativos legais e de segurança, antevendo as necessidades decorrentes do VIS MAIL II e do calendário do Roll Out VIS. Garantir a operacionalidade relativa à política de vistos e fronteiras externas, e visando a completa implementação do VIS, incluindo o VIS MAIL. Assegurar a continuidade à aplicação do acervo Schengen em matéria de vistos, através da uniformização de métodos e procedimentos de atribuição de vistos Schengen. Atribuir prioridade a participação em ações que visem o desenvolvimento da política de vistos e uma maior visibilidade da UE, através do aumento da cooperação consular com autoridades locais e postos consulares, em projetos liderados por Portugal ou em parceria/cooperação com outros Estados-membros, em conformidade com os princípios de cooperação enunciados no Código de Vistos, incluindo os centros comuns para apresentação de pedidos de visto.

A dotação alocada é de 3.207.245,60 €.

APROVAÇÃO DE CANDIDATURA DO SISTEMA EUROPEU DE VIGILÂNCIA DAS FRONTEIRAS (EUROSUR) AO FUNDO PARA A SEGURANÇA INTERNA

Torna-se público que a Autoridade Responsável, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito do Aviso de abertura n.º 22/FSI/2016, publicado em 05-09-2016, relativo aos OE2.ON1 - EUROSUR, com uma dotação financeira de Fundo no valor de 2.600.000,00 € procedeu à aprovação de uma candidatura apresentada pela Guarda Nacional Republicana.

PT/2016/FSI/087 - Programa de reforço EUROSUR

O projeto aprovado - PT/2016/FSI/087 – Programa de reforço EUROSUR, da Guarda Nacional Republicana, com realização prevista de 01-06-2016 a 31-12-2018, visa a prossecução da implementação do SIVICC, através da aquisição de equipamentos e de meios cinotécnicos para missões de controlo de fronteira, tendo em vista reforçar um programa de modernização dos equipamentos operacionais, tendo como objetivos:

Aumentar os níveis de segurança interna nacional e da UE;
Reduzir a probabilidade da utilização da fronteira nacional como plataforma de entrada/saída de imigrantes ilegais, ou qualquer outra atividade



ilícita; Reforçar a participação da GNR nas operações conjuntas Frontex; Incrementar as capacidades operacionais, tecnológicas e de apoio operacional do SIVICC e do CNC-EUROSUR; Reforçar o patrulhamento terrestre de vigilância marítima e controlo da costa, de forma a dissuadir as atividades criminosas; Dotar os recursos humanos da GNR dos conhecimentos técnicos necessários para intervenções qualificadas no SIVICC e no EUROSUR.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 2.616.443,42 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.962.332,57 €.

PASSAPORTE ELETRÓNICO PORTUGUÊS FINANCIADO PELO FSI

No âmbito do Aviso de abertura n.º 10/FSI/2016, publicado em 04-07-2016, relativo aos OE2.ON3 – Normas Comuns da União, com uma dotação financeira Fundo no valor de 800.000,00 € foi apresentada uma candidatura, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

PT/2016/FSI/066 – PEP Património



O projeto aprovado – PT/2016/FSI/066 – PEP Património, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com realização prevista de 01-01-2016 a 31-12-2017, visa a conceção, implementação e difusão de um novo modelo de Passaporte Eletrónico Português, atendendo às recomendações internacionais de um documento de identidade e viagem, com o objetivo de reforçar a implementação de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia, diminuindo

assim a tendência de fraude documental.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 104.285,05 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 78.213,79 €.

FSI – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA NO DOMÍNIO DA GESTÃO E CONTROLO DA FRONTEIRA MARÍTIMA

No âmbito do Aviso de abertura n.º 23/FSI/2016, publicado em 05-09-2016, relativo aos OE2.ON6 - Capacidade nacional, com uma dotação financeira do FSI no valor de 1.800.000 € foi apresentada uma candidatura da Guarda Nacional Republicana.

PT/2016/FSI/091 – “Melhoria dos meios operacionais utilizados na vigilância, gestão e controlo de fronteira”

A referida candidatura, aprovada pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, tem como designação PT/2016/FSI/091 – “Melhoria dos meios operacionais utilizados na vigilância, gestão e controlo de fronteira”, com uma realização prevista de 01-08-2016 a 01-07-2019, visando, fundamentalmente aumentar o tempo de operacionalidade dos recursos já existentes, e pretendendo reduzir a utilização da fronteira nacional para atividades ilícitas. Pretende ainda a formação e certificação dos recursos utilizados na vigilância e patrulhamento da fronteira externa.

Foi aprovado um investimento total elegível de 1.799.119,22 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.349.339,42 €.



FSI

Fronteiras:

A estratégia a prosseguir é a de consolidação do modelo de gestão integrada de fronteiras, numa abordagem abrangente, nos seguintes vetores:

- ✓ Controlo de fronteiras;
- ✓ Vigilância, deteção e investigação de ilícitos criminais relativos a movimentos de pessoas, de acordo.

No controlo de fronteiras, o principal objetivo é o de desenvolvimento e renovação, numa lógica integrada e de interoperabilidade, do sistema aplicacional e equipamento de fronteira inteligente, prosseguindo-se o investimento nos PASSE, RAPID e APIS. Serão atualizadas e melhoradas as aplicações e os equipamentos, salvaguardando-se a interoperabilidade com os grandes sistemas de informação, atuais e futuros- SIS II, ABC, RTP, EES, Interpol, Europol e APIS.

Sistemas informáticos e a respetiva infraestrutura, assim como equipamento que apoie a política comum de vistos, os controlos nas fronteiras e a vigilância de fronteiras nas fronteiras externas, nomeadamente, SIVICC e Eurosur.

APROVAÇÃO DE CANDIDATURA DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS AO FUNDO PARA A SEGURANÇA INTERNA – APOIO OPERACIONAL / VISTOS

Torna-se público que a Autoridade Responsável, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito do Aviso de abertura n.º 9/FSI/2016, publicado em 30-06-2016, relativo aos OE3.ON1 – Apoio Operacional - Vistos, com uma dotação financeira de Fundo no valor de 1.200.000 € procedeu à aprovação de uma candidatura apresentada pela Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

PT/2016/FSI/055 – Apoio operacional aos sistemas informáticos da Rede de Pedidos de Visto MNE



O projeto aprovado - PT/2016/FSI/055 – Apoio operacional aos sistemas informáticos da Rede de Pedidos de Visto MNE, com realização prevista de 01-01-2014 a 31-12-2018, visa assegurar a manutenção da rede de pedido de vistos e a recolha de dados

biométricos, para, desta forma, garantir o cumprimento dos requisitos resultantes da aplicação do Código de Vistos. As prioridades do projeto fixam-se nos serviços de manutenção dos sistemas de suporte da rede de pedido de vistos e da recolha dos dados biométricos, bem como da monitorização da qualidade do seu desempenho.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 1.036.418,21 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.036.418,21 €.

FSI – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA NO DOMÍNIO DA VIGILÂNCIA DA FRONTEIRA MARÍTIMA

No âmbito do Aviso de abertura n.º 11/FSI/2016, publicado em 07-07-2016, relativo aos OE3.ON2 – Apoio Operacional Fronteiras, com uma dotação financeira do FSI no valor de 510.000,00 € foi apresentada uma candidatura da Guarda Nacional Republicana.

PT/2016/FSI/049 - Manutenção de Equipamento Operacional de Vigilância da Fronteira Marítima

O projeto aprovado - PT/2016/FSI/049 - Manutenção de Equipamento Operacional de Vigilância da Fronteira Marítima, tem uma realização prevista de 01-10-2016 a 31-12-2017, visando, fundamentalmente, assegurar os custos de manutenção de embarcações de Lanchas de Vigilância e Interceção - LVI, de forma a reforçar a capacidade de intervenção em meio marítimo, com o objetivo de potenciar

FSI

A política nacional relativa à dimensão tecnológica para controlo nas fronteiras tem uma visão integrada e de interoperabilidade entre os sistemas, com base nos progressos tecnológicos e a consolidação da Governança Schengen, aplicação do acervo Schengen no que respeita aos controlos de fronteira e vistos.

Aquisição de meios de transporte e de equipamento operacional considerados necessários à realização de operações conjuntas pela Agência Frontex, segundo as orientações dadas por essa Agência.

A dotação alocada é de 11.626.000,00 €.

Apoio operacional:

No quadro da política de vistos, importa assegurar a manutenção dos sistemas que suportam a rede de pedidos de visto e a recolha de dados biométricos e dos equipamentos associados, bem como a monitorização da qualidade do seu desempenho, tendo por objetivo assegurar o cumprimento dos requisitos resultantes da aplicação do Código de Vistos e um padrão de resposta fiável, segura e constante.

participação na rede europeia de vigilância e controlo da Fronteira Externa da União, por via do incremento das capacidades do SIVICC, designadamente as capacidades marítimas.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 381.667,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 286.250,25 €.

FUNDO PARA A SEGURANÇA INTERNA FINANCIA PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, na qualidade de Autoridade Responsável (AR), procedeu à abertura do Aviso n.º 12/FSI/2016, publicado em 07-07-2016, relativo aos OE5.ON1C - Prevenção e combate, com uma dotação financeira de Fundo no valor de 920.000,00 €, ao qual foi apresentada uma candidatura da Polícia de Segurança Pública. Face ao mérito da candidatura, a AR decidiu aumentar a dotação do aviso para o montante solicitado pela Entidade Beneficiária.

PT/2016/FSI/071 – National Criminal Prevention and Investigation (DIC1)

O projeto aprovado – PT/2016/FSI/071 – *National Criminal Prevention and Investigation* (DIC1) – da Polícia de Segurança Pública, com realização prevista de 01-01-2015 a 30-11-2018, visa a consolidação da qualidade da



investigação criminal, como ação policial de relevo para o sistema de justiça; o aumento da capacidade de investigação de certos tipos criminais, que colocam em causa o sentimento de justiça e de segurança da comunidade; aumentar a prevenção criminal, por via indireta da repressão criminal; minimizar a taxa de inoperacionalidade dos recursos materiais disponíveis, e que nem sempre conseguem fazer face às necessidades da investigação criminal; concretizar uma verdadeira prevenção geral e especial, como fins da investigação criminal e da aplicação de uma sanção criminal.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 1.337.194,14 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.002.895,61 €.

FSI

Garantir equipamento operacional, meios de transporte e sistemas de comunicação necessários para um controlo eficaz e seguro das fronteiras e a deteção de pessoas.

Assegurar a conformidade com as normas e orientações da União para a boa governação em matéria de fronteiras e de vistos, em particular o Inventário de Schengen para os controlos nas fronteiras externas, o Manual prático para os guardas de fronteira e o Manual de vistos.

A dotação alocada é de 3.625.000,00 €.

FSI - Cooperação Policial – dotação global de 17.558.467,80 €.

Prevenção e combate ao crime:

Prevenir a criminalidade, lutar contra a criminalidade transnacional grave e organizada, incluindo o terrorismo, e reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e outras autoridades nacionais dos Estados-Membros, incluindo a Europol e outros organismos competentes da União, e com os países terceiros e as organizações internacionais relevantes.

FSI – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA NO DOMÍNIO DA PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME

Na sequência do Aviso n.º 15/FSI/2016, publicado em 14-07-2016, pela Secretaria – Geral do Ministério da Justiça, na sua qualidade de Autoridade Delegada para parte do FSI, foi em 18 de janeiro de 2017, aprovada uma candidatura apresentada pela Polícia Judiciária, para o objetivo OE5.ON1C - Prevenção e Combate.

PT/2016/FSI/090 – “Projeto webINTELL”

O projeto aprovado - PT/2016/FSI/090 – “Projeto webINTELL” - tem realização prevista de 01-01-2017 a 17-12-2019 e visa dotar a Polícia Judiciária de condições tecnológicas avançadas para a prevenção e redução a criminalidade através da aquisição de equipamento com elevada capacidade de análise e correlação automatizada entre diversas fontes de informação.



O investimento total elegível aprovado é de 1.500.000, €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 1.250.000,00 €.

FSI – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA NO DOMÍNIO INTERCÂMBIO DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Na sequência do Aviso n.º 14/FSI/2016, publicado pela Secretaria – Geral do Ministério da Justiça, em 14-07-2016, na sua qualidade de Autoridade Delegada para parte do FSI, foi em 5 de janeiro de 2017 aprovada candidatura no valor de 749.574,00 €, apresentada pela Procuradoria-Geral da República para o objetivo OE5.ON2C – Intercâmbio de informações.

PT/2016/FSI/089 - SIC-MP

O projeto aprovado tem realização prevista de 01-01-2017 a 31-12-2019, e tem como objetivo geral o desenvolvimento de um sistema de informação criminal para intercâmbio, registo, tratamento e partilha de dados da investigação criminal, obtidos no momento da prática dos atos processuais.

O investimento total elegível aprovado é de 999.432,00 €, sendo o montante do co-financiamento a atribuir de 749.574,00 €.

FSI

A estratégia nacional centra-se na disponibilização dos meios, materiais e tecnológicos, formação de quadros que permitam habilitar as autoridades competentes a fazer face aos desafios e ameaças cada vez mais complexas.

Será continuado o esforço de aquisição, instalação e operacionalização dos SI/TIC de suporte à prevenção e combate ao crime, terrorismo, garantindo-se a interoperabilidade e a continuidade de sistemas e de processos, sendo essencial a melhoria da Plataforma de Interoperabilidade da Informação Criminal, e das componentes específicas que, em ligação com as entidades competentes ao nível nacional e internacional, contribuem para a sua eficácia.

A dotação alocada é de 10.529.853,16 €.

Riscos e crises:

Reforçar a capacidade dos Estados-Membros e da União para gerir de forma eficaz os riscos relacionados com a segurança e as crises, e preparar e proteger as pessoas e as infraestruturas críticas contra ataques terroristas e outros incidentes relacionados com a segurança.

A proteção das infraestruturas críticas nacionais será um objetivo fundamental, sendo prioritário aumentar a sua resiliência e assegurar a elaboração de planos de contingência e de *guidelines* operacionais, de âmbito nacional e regional.

A dotação alocada é de 7.028.614,64 €.

APROVADA CANDIDATURA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA PARA A AQUISIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SOLUÇÃO INFORMÁTICA NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E ALTAMENTE ORGANIZADA

Na sequência do Aviso n.º 29/FSI/2016, publicado pela Secretaria – Geral do Ministério da Justiça, em 16-09-2016, na sua qualidade de Autoridade Delegada para parte do FSI, foi em 3 de março de 2017 aprovada candidatura no valor de 319.185,00 €, apresentada pela Polícia Judiciária, para o objetivo OE5.ON2C – Intercâmbio de informações.

PT/2016/FSI/108 - iEye



O projeto tem realização prevista de 09-01-2017 a 31-12-2018, e tem por objetivo geral a aquisição e operacionalização de uma solução informática que, no âmbito da prevenção e investigação da criminalidade violenta e altamente

organizada (nomeadamente a que utiliza a produção de imagens e vídeo como meio para a prática do crime), permita o processamento de grande volume de imagens e vídeo e consequente identificação de pessoas, objetos e locais constantes naqueles suportes.

Foi aprovado um investimento total elegível de 425.580,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 319.185,00 €.

FSI – APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS NA ÁREA DA FORMAÇÃO E TREINO

No âmbito do Aviso de Abertura n.º 1/FSI/2016, para o objetivo OE5.ON3C - Formação, publicado em 31-05-2016, com uma dotação de Fundo de 100.000 €, foram submetidas 2 candidaturas, sendo que 1 foi aprovada e 1 foi cancelada por iniciativa da própria Entidade. Assim, do montante total submetido de 199.122,00 €, foi aprovado o total de 76.729,50 €.

PT/2016/FSI/010 - Programa de Formação e Treino

A candidatura aprovada - PT/2016/FSI/010 - Programa de Formação e Treino, da Guarda Nacional Republicana (GNR), tem um período de realização previsto entre 01-09-2016 a 31-12-2018. Este projeto é caracterizado, sobretudo, por atividades de formação, nomeadamente a realização dos cursos MMA&T, Workshop FIEP

Movimento transfronteiriço de resíduos, e Workshop Uso da Força, bem como a realização de uma Conferência Internacional "Modelos Integrados de Intervenção Policial", dirigindo-se, conforme as ações, a elementos pertencentes às *Law Enforcement Agencies*, nacionais e internacionais, de todos os níveis operacionais e de decisão. Estas atividades visam criar redes, divulgar as melhores práticas e permitia troca de informações entre as diversas estruturas e organismos nacionais, europeus e internacionais.

Foi aprovado um investimento total elegível de 102.306,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 76.729,50 €.

FSI – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA NO DOMÍNIO DA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Na sequência do Aviso n.º 18/FSI/2016, publicado em 08-08-2016, pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na sua qualidade de Autoridade Delegada para parte do FSI, foi, em 11 de dezembro de 2016, aprovada candidatura no valor de 159.750,00 €, apresentada pela Procuradoria-Geral da República, para o objetivo OE5.ON3C – Formação.

PT/2016/FSI/040 - Criminalidade económico-financeira e corrupção



O projeto aprovado tem realização prevista de 01-09-2016 e 30-09-2018 e tem por objetivo geral a execução de um programa abrangente de formação visando o desenvolvimento das capacidades e competências dos intervenientes na investigação, prevenção e combate a corrupção e demais criminalidade económico-financeira, de forma a responder à complexidade das novas ameaças nesta área, tendo como principais beneficiários diretos todos os magistrados do Ministério Público.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 213.000,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 159.750,00 €.

FUNDO PARA A SEGURANÇA INTERNA FINANCIA O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (SIGESP)

Torna-se público que a Autoridade Responsável, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito do Aviso de abertura n.º 30/FSI/2016, publicado em 20-09-2016, relativo ao OE5.ON5C – Avaliação de Ameaças e Riscos, com uma dotação financeira de Fundo no valor de 205.800,00 € procedeu à aprovação de uma candidatura apresentada pela Polícia de Segurança Pública (PSP).

PT/2016/FSI/111 – “SIGESP +”

O projeto aprovado - PT/2016/FSI/111 – “SIGESP +”, com realização prevista de 02-01-2017 a 31-12-2018, visa a intensificação da análise e da partilha da informação; o aumento da cooperação policial na área da segurança privada; o desenvolvimento dos serviços de backoffice e o aumento da interoperabilidade do sistema SIGESP; o reforço da ligação com a sociedade civil, prestando um

serviço de base de dados; bem como a melhoria da capacidade de informação que serve de base a ações como comando e de direção. A PSP pretende ainda garantir o aumento da eficácia e do controlo no que diz respeito à regulação da atividade de segurança privada, e bem assim a prevenção da criminalidade.



Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 274.399,69 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 205.799,77 €.

FUNDO PARA A SEGURANÇA INTERNA FINANCIADA DISASTER RECOVERY CENTRE DO NSIS

Torna-se público que a Autoridade Responsável, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito do Aviso de abertura n.º 42/FSI/2017, publicado em 01-02-2017, relativo ao OE6.ON2R – Intercâmbio de Informações, com uma dotação financeira de Fundo no valor de 369.000,00 €, procedeu à aprovação de uma candidatura, apresentada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

PT/2017/FSI/135 – “Disaster Recovery - Centro de Recuperação de Desastres”,



O projeto aprovado - PT/2017/FSI/135 – “Disaster Recovery - Centro de Recuperação de Desastres”, com realização prevista de 01-01-2016 a 31-12-2018, visa a criação de um centro de recuperação de desastres, assente na operacionalização de um plano eficaz e integrado, que permita proteger, assegurar e recuperar as componentes dos Sistemas de Informação do SEF, nomeadamente o SISII, EURODAC e VIS, em caso de catástrofe. O SEF, com este projeto, tem como objetivo reforçar a capacidade de gestão de riscos do Estado-membro, bem como melhorar os

sistemas de articulação e troca de informações entre serviços.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 491.999,95 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 368.999,96 €.

PROJETO DA UNIDADE NACIONAL DE COMBATE AO CIBERCRIME E À CRIMINALIDADE TECNOLÓGICA (UNC3T) DA POLÍCIA JUDICIÁRIA FINANCIADO ATRAVÉS DO FUNDO PARA A SEGURANÇA INTERNA

Na sequência do Aviso n.º 19/FSI/2016, publicado em 12-08-2016, pela Secretaria – Geral do Ministério da Justiça, na sua qualidade de Autoridade Delegada para parte do FSI, foi em 3 de março de 2017 aprovada candidatura no valor de 785.000,00€, apresentada pela Polícia Judiciária, para o objetivo ON6.ON5R – Infraestrutura.

PT/2016/FSI/093 - CyberThreat Response

O projeto aprovado, com realização prevista de 15-01-2017 a 31-12-2018, tem por objetivo geral a aquisição de ferramentas tecnológicas (hardware software e software aplicacional) visando dotar a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UNC3T) da Policia Judiciária, com capacidades tecnológicas para alerta e resposta rápida em situações de ciberameaças, de cibercrime, de cibersegurança e de ciberterrorismo.



Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 1.046.666,66 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 785.000,00 €.

FSI FINANCIA O GEOMAI

Dá-se conhecimento de que, no âmbito do Aviso de abertura n.º 38/FSI/2016, publicado em 26-10-2016, relativo aos OE6.ON5 R - Infraestruturas, com uma dotação financeira de Fundo no valor de 784.000,01 €, foram apresentadas duas candidaturas: a candidatura PT/2016/FSI/119 – Disaster Recovery – Centro de recuperação de desastres, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; e a candidatura PT/2016/FSI/121 - geoMAI - Alargamento - Comando e Controlo / Análise estatística / Inteligência e Previsão, da Secretaria-Geral do MAI.

Dada a dotação do Aviso em questão, e após avaliação das candidaturas apresentadas, foi aprovada apenas a candidatura PT/2016/FSI/121 - geoMAI - Alargamento - Comando e Controlo / Análise estatística / Inteligência e Previsão.

PT/2016/FSI/121 - geoMAI

O projeto aprovado - PT/2016/FSI/121 – geoMAI - Alargamento - Comando e Controlo / Análise estatística / Inteligência e Previsão, da Secretaria-Geral do MAI, com realização prevista de 01-01-2017 a 01/01/2020, visa criar as condições para a disponibilização transversal de um Sistema sinérgico e com maior rentabilização de investimentos.

Preende-se, com o desenvolvimento deste projeto:



A disponibilização de um conjunto de ferramentas e de soluções que possibilitam aumentar a rapidez e eficácia na integração de dados referentes a fenómenos socio-criminais e respetiva análise dinâmica e avançada, assim como suportar a gestão e decisão; Apoio tático às operações policiais de combate à criminalidade em espaço público; Disponibilização de informação geográfica, a nível central e regional, no

contexto da gestão de risco, tal como é apresentado na Lei de Bases da Segurança Interna e em alinhamento com as normas aplicáveis a nível nacional e europeu; Incrementar a interoperabilidade de sistemas, a gestão e racionalização de recursos, a criação de estatísticas harmonizadas e a obtenção de informação estruturada para a prevenção e combate à criminalidade.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 1.045.333,34 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 784.000,01 €.

FUNDO DE SEGURANÇA INTERNA FINANCIA UNIDADE OSINT DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, na qualidade de Autoridade Responsável, procedeu à abertura do Aviso nº 31/FSI/2016, publicado em 20-09-2016, relativo aos OE6.ON6R – Alerta Rápido e Crises, com uma dotação financeira Fundo no valor de 320.500,00 €, ao qual foi apresentada uma candidatura da Guarda Nacional Republicana.

PT/2016/FSI/109 – Centro OSINT

O projeto aprovado – PT/2016/FSI/109 – Centro OSINT – da Guarda Nacional Republicana, com realização prevista de 01-11-2016 a 31-07-2018, visa a criação de uma Unidade OSINT que permitirá à GNR implementar e gerir um sistema alarmístico suportado pela inteligência resultante do ciclo de produção de informações, onde as necessidades de informação oportuna serão geradas e definidas, recolhidas, integradas, analisadas, avaliadas e disseminadas. Com a criação desta unidade a GNR pretende dar continuidade e suporte à prevenção e combate ao crime, garantindo a interoperabilidade e a continuidade de sistemas e processos, de forma a incrementar a cooperação e a troca de informação entre os diversos organismos e a fortalecer a capacidade de análise de informações para apoio operacional e planeamento a curto, médio e longo prazo.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 320.390,00 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 240.292,50 €.



FSI – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA NO DOMÍNIO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No âmbito do Convite n.º 05/FSI/2016, publicado em 24-06-2016, relativo ao Fundo para a Segurança Interna – Assistência Técnica, foram apresentadas duas candidaturas, sendo que uma desistiu.

A candidatura aprovada da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça tem uma realização prevista de 01-04-2016 a 31-12-2017, visando sobretudo apoiar todas as atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização, avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização que visem o cumprimento do previsto no Programa Nacional.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 407.671,59€, com uma taxa de cofinanciamento de 100%.

No âmbito do convite n.º 27/FSI/2016, publicado em 06-09-2016, relativo ao Fundo para a Segurança Interna – Assistência Técnica, com uma dotação financeira de 750.000,00€, foi apresentada uma candidatura da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

A candidatura aprovada tem uma realização prevista de 01-01-2015 a 31-12-2017, visando sobretudo apoiar todas as atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização, avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização que visem o cumprimento do previsto no Programa Nacional.

Foi aprovado um investimento total elegível no valor de €750.000,00 € com uma taxa de cofinanciamento de 100%.



**Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 para a Área dos
Assuntos Internos**

Plano de Avisos

FAMI

AVISOS A
DECORRER E
A ABRIR

Objetivo Especifico	Objetivo Nacional	Calendário	
		Abertura	Encerramento
OE1 Asilo	OE1.ON3 Reinstalação	março 17	abril 17
OE2 Integração e Migração Legal	OE2.ON3 Capacidade	março 17	abril 17
OE2 Integração e Migração Legal	OE2.ON2 Integração	março 17	abril 17
OE2 Integração e Migração Legal	OE2.ON3 Capacidade	março 17	abril 17
OE3 Regresso	OE3.ON1 Medidas de acompanhamento	março 17	abril 17
OE1 Asilo	OE1.ON1 Acolhimento/asilo	junho 17	julho 17
OE1 Asilo	OE1.ON2 Avaliação	junho 17	julho 17
OE3 Regresso	OE3.ON3 Cooperação	junho 17	julho 17
OE4 - Solidariedade	OE4.ON1 Deslocalização	junho 17	julho 17



Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 para a Área dos Assuntos Internos

Plano de Avisos

Objetivo Específico	Objetivo Nacional	Calendário	
		Abertura	Encerramento
OE2 - Fronteiras	OE2.ON3 - Normas Comuns da União	fevereiro 17	março 17
OE5 - Prevenção e combate ao crime	OE5.ON3 C - formação	fevereiro 17	março 17
OE5 - Prevenção e combate ao crime	OE5.ON2 C - intercâmbio de informações	fevereiro 17	março 17
OE5 - Prevenção e combate ao crime	OE5.ON3 C - formação	fevereiro 17	março 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON1 R - prevenção e combate	fevereiro 17	março 17
OE5 - Prevenção e combate ao crime	OE5.ON2 C Intercâmbio de Informações	março 17	abril 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON1 R - prevenção e combate	março 17	abril 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON3 R - formação	março 17	abril 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON4 R -apoio às vítimas	março 17	abril 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON6 R - alerta rápido e crises	março 17	abril 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON7 R - avaliação de ameaças e riscos	março 17	abril 17
OE5 - Prevenção e combate ao crime	OE5.ON4 C Apoio às Vítimas	maio 17	junho 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON3 R Formação	maio 17	junho 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON4 R Apoio às Vítimas	maio 17	junho 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON6 R Alerta rápido e crises	maio 17	junho 17
OE1 - Apoio a uma política comum de vistos	OE1.ON1 Capacidade Nacional	junho 17	julho 17
OE1 - Apoio a uma política comum de vistos	OE1.ON2 Acervo da União	junho 17	julho 17
OE1 - Apoio a uma política comum de vistos	OE1.ON3 Cooperação Consular	junho 17	julho 17
OE1 - Apoio a uma política comum de vistos	OE1.AE1 Estabelecimento de mecanismos de ...	junho 17	julho 17
OE2 - Fronteiras	OE2.ON1 EUROSUR	junho 17	julho 17
OE2 - Fronteiras	OE2.ON2 Intercâmbio de informações	junho 17	julho 17
OE2 - Fronteiras	OE2.ON4 Acervo da União	junho 17	julho 17
OE2 - Fronteiras	OE2.ON5 Desafios futuros	junho 17	julho 17
OE3 - Apoio Operacional	OE3.ON1 Apoio Operacional Vistos	junho 17	julho 17
OE5 - Prevenção e combate ao crime	OE5.ON1 C prevenção e combate	junho 17	julho 17
OE6 - Riscos e crises	OE6.ON2 R intercâmbio de informações	junho 17	julho 17

FSI

AVISOS A
DECORRER E A
ABRIR

